

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.539 - PR (2019/0156194-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : PATRICIA DA SILVA MANSSUR
ADVOGADO : MAICON PONTES DE AMORIM - PR067119
EMBARGADO : MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA
ADVOGADO : THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT - PR071890

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Patrícia da Silva Manssur à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 768):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 83 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões (e-STJ, fls. 774-778), a embargante alega omissão na decisão embargada pelo fato de, no caso dos autos, não se tratar de mero atraso na entrega do imóvel, mas ausência de entrega sendo, portanto, o dano moral presumido.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO

Superior Tribunal de Justiça

DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decida.

[...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 122675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

Do reexame da deliberação unipessoal, constata-se o exposto enfrentamento da questão suscitada no recurso especial, notadamente quanto à inexistência de dano moral, demonstrando-se, ainda, o motivo pelo qual incidiu o óbice da Súmula 83 do STJ.

Desse modo, não se verifica o aludido vício, mas apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do seu inconformismo com resultado, tornando inviável o acolhimento dos aclaratórios.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília-DF, 23 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator